

Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Social Europeu

Projeto nº POCI-05-5762-FSE-037832

Designação do Projeto:

Integração do RPT com os Sistemas Informáticos dos Hospitais

Objetivos principais:

Mitigação da dupla digitação de registos associados às atividades de doação-transplantação de órgãos, através da integração de sistemas informáticos hospitalares com o Registo Português de Transplantação (RPT), permitindo:

1. Aumento da Eficiência do processo;
2. Diminuição da probabilidade de erro associada aos registos;
3. Diminuição do número de horas despendidas pelos recursos humanos em procedimentos administrativos;
4. Aumento da adesão ao RPT por parte dos profissionais e instituições de saúde na área da transplantação.

Custo total: 600 723,70€

Custo total elegível: 524 048,04€

Apoio financeiro da União Europeia: 298 445,36€

Entidade Beneficiária: Instituto Português do Sangue e da Transplantação, IP

População abrangida: Profissionais de saúde da área da doação e transplantação de órgãos.

Indiretamente, a população abrangida são todos os portugueses que beneficiarão do aumento de eficiência dos processos relativos às atividades com órgãos geridos pelo RPT.

Data de aprovação: 12-03-2018

Data de início: 01-12-2016

Data de conclusão: 30-06-2020 (em curso)

Síntese do projeto:

As atividades de transplantação são atualmente suportadas pela aplicação do Registo Português de Transplantação (RPT). O RPT é um sistema de âmbito nacional, localizado em 53 instituições hospitalares e outras instituições do Ministério da Saúde e por diversos utilizadores, que poderão ter um ou mais perfis pré-determinados.

No âmbito das atividades desenvolvidas pelo RPT, desde a identificação e análise detalhada do dador, o registo de consultas pré-transplante, quer na fase de transplante, bem como no registo de consultas de follow-up de doentes transplantados, é realizado um conjunto vasto de análises que visam caracterizar clinicamente os potenciais dadores e recetores. Atualmente,



estas análises são registadas e guardadas nos sistemas laboratoriais presentes nas diferentes instituições hospitalares, não exigindo comunicação entre o RPT e os sistemas que possuem os resultados das análises. Esta situação implica a dupla digitação entre os dois sistemas, de modo a que informações críticas para a qualidade de todo o processo de transplantação sejam registadas no sistema RPT, tendo como possíveis consequências:

- Diminuição do desempenho geral do processo;
- Inexistência de histórico de análises de um dador no sistema RPT devido ao não registo das informações por parte dos utilizadores do sistema;
- Inexistência de histórico de análises dos doente nas fases pré-transplante e quando transplantado;
- Redução da qualidade geral de todo o processo de transplante;
- Eliminação de erros de transcrição.

Por outro lado, a integração entre o RPT e os diferentes sistemas hospitalares torna mais robusto um processo que, pelas suas características, é totalmente imprevisível. Como resultado, o profissional de saúde não tem à partida uma noção concreta da hora, nem do volume de dívida prevista para o seu plano de trabalho.

A integração dos sistemas hospitalares com o RPT permitirá:

- Libertar o clínico de tarefas administrativas que irão reduzir, pelo seu grande volume, o tempo que o profissional de saúde possui para tomar as decisões necessárias nos procedimentos clínicos a realizar no dador;
- Aumentar o tempo útil gasto em tarefas que permitem efetivamente melhorar a qualidade dos órgãos presentes no dador;
- Aumentar o tempo útil que o profissional de saúde possui para realizar tarefas não integrantes no processo de transplantação, mas que são igualmente críticas para a unidade e para o doente com quem interage;
- Possibilidade de criação de um histórico laboratorial para as fases de pré e pós transplante que permitam, através da correlação entre os resultados laboratoriais e procedimentos clínicos, um melhor resultado do enxerto;
- Redução do tempo em procedimentos administrativos por parte do profissional de saúde, aumentando assim o tempo despendido em atividades com real valor acrescentado;
- Redução considerável do número de horas tipicamente despendidas pelos recursos humanos em procedimentos administrativos.